

A CASA AGORA É CAMPUS: RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO-FAMILIAR NA PANDEMIA DE COVID 19 NA VIVÊNCIA DE MULHERES ACADÊMICAS

Talita Melgaço Fernandes¹
Paula Vielmo²
Chirlene Oliveira de Jesus Pereira³
Gabriela Cardoso Moreira Marques⁴
Sílvia Lúcia Ferreira⁵

RESUMO

A divisão sexual e racial do trabalho é tema de vasta discussão nos estudos de gênero, dada a sua importância para entender o posicionamento dos indivíduos nas relações sociais. Este artigo tem por objetivo analisar como a pandemia da COVID-19 reconfigurou o trabalho doméstico-familiar a partir das vivências de mulheres acadêmicas em relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo discursivo, na qual procura-se nos discursos quadros de sentido sobre dada realidade, no caso, a relação controversa entre covid-19 e vivência universitária remota, domiciliar. Analisam-se as três dimensões: ensino e aprendizado; pesquisa; e extensão. Identifica-se limites nada convencionais para este trabalho realizado no espaço doméstico, por força da pandemia, quando se mesclam o público e privado, manual e intelectual, reconfigurando estes espaços.

Palavras-chave: Mulheres; COVID-19; Raça; Trabalho; Universidade.

ABSTRACT

The sexual and racial division of labor is a subject of extensive discussion in gender studies, given its importance in understanding the position of individuals in given social relations. This article aims to analyze how the COVID-19 pandemic reconfigured domestic-family work based on the experiences of academic women in relation to teaching, research and extension activities. The methodology used was discursive content analysis, in which we looked for frames of meaning about a given reality the discourses, in this case, the controversial relationship between covid-19 and remote university experience, at home. The three dimensions are analyzed: teaching and learning; research; and extension. Unconventional limits are identified for this work carried out in the domestic space, due to the pandemic, when public and private, manual and intellectual are mixed, reconfiguring these spaces.

Keywords: Women; COVID-19; Race; Work; University

¹ Bacharela em Relações Internacionais, Doula, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora dos grupos GEM- Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia na UFBA e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM-UFMG).

² Pedagoga no Instituto Federal da Bahia, Campus Barreiras, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora dos grupos GEM - Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia (UFBA, NEIM - Ciência, Gênero e Educação (UFBA) e Nego D'água: Pesquisas Interdisciplinares do Oeste da Bahia (IFBA).

³ Assistente Social, Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do GEM- Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça, Etnia

⁴ Enfermeira, Doutora, Professora Assistente do curso de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia - Campus XII - Guanambi- BA. Pesquisadora do GEM - Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia

⁵ Enfermeira, Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e do Programa de Pós Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Federal da Bahia. Líder de Pesquisa do GEM- Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, em razão da crise sanitária causada pelo novo Coronavírus, o que conhecíamos como a vida cotidiana mudou radicalmente e não foi diferente no que tange à rotina na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em um primeiro momento, diante das mais elementares incertezas com relação a pandemia da COVID-19, o calendário letivo e as atividades universitárias foram suspensas.

Passados os primeiros 60 dias da metafórica “quarentena”, a Universidade lançou o portal UFBA em Movimento. A intenção era ceder à comunidade universitária as informações e formações necessárias para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma não-presencial. Assim, no referido portal foram construídas as Trilhas Formativas, a Rede de Proteção Psicossocial e o Plano de Contingência e Medidas de Biossegurança, instrumentos dirigidos ao corpo docente, discente e técnico-administrativo (UFBA, 2020).

Em setembro de 2020, instituída a possibilidade de aulas por meios digitais pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2020a), teve início o Semestre Letivo Suplementar (SLS). Esse semestre, formulado segundo os preceitos da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde em relação ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, ocorreu de forma remota e opcional ao corpo discente. A sua realização propiciou à Universidade a possibilidade de: a) diagnosticar os problemas de acesso entre a comunidade universitária, antecipando dessa forma as medidas de inclusão necessárias; e b) ambientar as pessoas a uma realidade que tinha a possibilidade de perdurar por mais tempo.

Diante do negacionismo das autoridades federais com relação à existência ou à gravidade da infecção causada pelo Sars-Cov-2 e o boicote destes entes às ações de combate ao vírus, tornou-se evidente ao seio universitário que o estado pandêmico se prolongaria - cabe dizer que até o momento em que finalizamos esse artigo o Brasil registrou oficialmente 18.169 milhões de casos da doença e 507 mil óbitos (CORONAVÍRUS BRASIL, 2021). Assim, em novembro, o Conselho Universitário (Consuni) decidiu, democraticamente, por decretar a atipia dos semestres 2020.1 e 2020.2 e a realização do semestre 2021.1, mais uma vez, de forma remota (BRASIL, 2020b).

Enquanto as decisões eram tomadas nas instâncias institucionais, do outro lado da tela estavam docentes, discentes e funcionários técnicos-administrativos tentando

conviver com o que podemos definir como o estado do caótico e do inusitado. Este artigo surgiu, justamente, dessa condição de perplexidade, inquietação e medo, presentes nos encontros quinzenais do grupo de pesquisa GEM - Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia⁶. A COVID-19 se fez presente em cada uma de nossas reuniões que, em determinado momento, iniciavam com a checagem do estado de saúde das integrantes e de seus entes queridos. Amedrontadas e instigadas a compartilhar o que significava a constante presença do Coronavírus em nossas vidas e a sua relação com as nossas experiências de ensino, pesquisa e extensão, decidimos redigir este trabalho. Mais ainda, entendemos que enquanto mulheres, temos, com os relatos de nossas vivências, uma contribuição a oferecer aos estudos de gênero levando em conta a nossa diversidade relacionada à raça, classe social, ocupação, geração e territorialidade. Temos também a possibilidade de analisar como esses marcadores das diferenças conformam experiências distintas de um mesmo fenômeno social.

Assim, aqui propomos uma investigação implicada, baseada nos relatos de nossas vivências tendo a seguinte questão de pesquisa: Como a pandemia da COVID-19 reconfigurou as vivências de mulheres acadêmicas em relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão?

DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO

O conceito de Divisão Sexual e Racial do Trabalho é central para o desenvolvimento das discussões que seguem. Assim, realizamos uma breve revisão teórica acerca dessa temática com contribuições de obras de autoras estudadas no grupo de pesquisa durante o momento pandêmico e que foram estímulos para a construção deste artigo.

Nesse sentido, é importante citar as elocubrações feitas por Flávia Biroli. Em seu livro, *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*, Biroli (2018) aponta que uma das assunções da teoria política feminista é que o que acontece nas esferas públicas e privadas é relevante para a democracia – vez que se em alguma dessas dimensões

⁶Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). *Grupo de pesquisa: GEM - Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia*. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/622066>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

coexistem, sistematicamente, relações de poder não igualitárias, há ali um problema de caráter sociopolítico. A autora sinaliza ainda que a posição concreta dos indivíduos nas relações sociais informa sobre como são organizadas, de forma implícita ou explícita, as relações de poder ali imperantes.

Assim, as constatações de que são as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado - remunerado e não-remunerado - das pessoas vulneráveis (crianças, idosas, pessoas adoecidas, com condições atípicas ou com deficiência) e das não-vulneráveis (filhos adultos, esposos, patrões e patroas, etc.) e de que elas, nesse setor, recebem menor remuneração, não é mera coincidência, mas sim produto de uma divisão que define o que é trabalho de mulher, o que é competência de mulher e qual o lugar que elas devem ocupar. A essa separação, Biroli (2018), nomeia Divisão Sexual do Trabalho.

Esta divisão é o núcleo de sustentação do sistema político de exploração masculina do trabalho não-remunerado ou mal remunerado das mulheres, o patriarcado. Assim o é, porque é a realização desse trabalho de cuidado e manutenção da casa desempenhado pelas mulheres, na sua maioria de forma gratuita, que libera os homens para o exercício de sua cidadania nas esferas públicas e privadas e mantém essa força de trabalho masculina no sistema capitalista.

A exploração patriarcal dá-se tanto pela construção comunitária do que é a atribuição da mulher - dimensão coletiva - quanto pela vantagem de cada homem sobre a mulher explorada de sua família - dimensão individual. De modo que o ambiente privado e a família são fatores importantes para entender a vulnerabilidade social e política das mulheres.

Outras autoras, como Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), também discutem sobre a Divisão Sexual do Trabalho. Para além do princípio da distinção entre o que seria trabalho de mulher e o que seria o trabalho de homem, Hirata e Kergoat (2007) identificam o princípio da hierarquização, na qual um trabalho desempenhado por homem vale mais do que um trabalho desempenhado por mulher. Esses dois princípios são frequentemente mobilizados como dados naturais, quando, na realidade, trata-se de construções culturais. Na literatura feminista a crítica da dicotomização hierarquizada não é nova, muitas autoras apontam para o fenômeno no qual categorias são colocadas como opostas e aquela identificada como um atributo feminino é interpretada como de menor valor (ex. público x privado; objetividade x subjetividade; cultura x natureza;

racionalidade x emotividade; fortaleza x fragilidade). Estas separações artificiais produzem as relações sociais de gênero.

Mas não é só a produção das relações de gênero que inscreve a posição dos indivíduos no mundo social, ressalva que fazem tanto Biroli (2018) quanto Hirata e Kergoat (2007). Na realidade, outras dimensões são importantes, inclusive para compreender a complexidade da categoria ‘mulheres’, como raça, sexualidade, território, geração, classe social.

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (1979; 1984), socióloga e feminista negra, traz reflexões sobre o papel peculiar que as mulheres negras ocupam na sociedade brasileira. A sua argumentação lança mão de uma reinterpretação da teoria aristotélica do “lugar natural” e aponta que a valoração simbólica entre negros e brancos conforma uma hierarquia que se expressa na cidade; de modo que os territórios mais precários são naturalizados como da população negra e os melhores espaços passam a ser o de gente branca. A mesma tônica atinge as mulheres negras, mas para essas, além de serem do povo negro, acrescenta-se ao fato de serem mulheres, conformando estereótipos ainda mais restritivos como o de empregadas domésticas, passistas de escola de samba, símbolo sexual, entre outros “lugares naturais”. Mesmo não mobilizando esse termo, Gonzalez desenha a Divisão Sexual e Racial do Trabalho.

Os sistemas de opressão, no caso o racismo e o sexismo, agem conjuntamente de modo que a liberação das mulheres brancas fica condicionada à subordinação das mulheres negras. Destarte, é de suma importância compreendermos que as lutas emancipatórias devem considerar esses entrecruzamentos, que Kimberlé Crenshaw (2002) denominou interseccionalidade.

A pandemia evidenciou as desigualdades sociais pré-existentes na sociedade brasileira. Provocando efeitos ainda mais perversos sobre mulheres, pessoas não brancas e pobres; confirmando que não foram, nem são uniformes as suas consequências. Maria Loyola (2020) defende que o estado pandêmico criou oportunidades de investigações acerca da construção dos papéis de gênero, vez que colocou em oposição dois signos das relações sociais de sexo: a casa e a rua. A casa, conforme atesta a autora, é a representação simbólica do lugar da mulher. De modo que quando os governos decidem por reforçar em seus territórios o isolamento social, a vida cotidiana passa a acontecer no ambiente feminino e, simultaneamente, dentro dele se recria a divisão sexual do trabalho, na qual

mulheres assumem a responsabilidade de manter os cuidados com a casa e com os seus moradores e os homens, quando aceitam a imposição do isolamento, assumem os escritórios, os sofás e os aparelhos de tecnologia. Para Loyola (2020), esse fenômeno pode ser fruto da socialização que as mulheres tiveram para o cuidado, enquanto os homens foram socializados para aceitar maiores riscos.

Juliane Furno e colaboradores (2021) alertam para a precarização das condições socioeconômicas de alguns setores populacionais mesmo antes da deflagração do surto do novo Coronavírus. Esse contexto antecedente, segundo as autoras, coloca em evidência a gravidade da vulnerabilização que assumiram esses grupos populacionais na ocorrência da crise sanitária. Sobre as mulheres na pandemia, Furno *et al.* (2020) apresentam os seguintes achados: foram as que mais ficaram desempregas, sobretudo as negras; entre elas cresceu a identificação com o papel de dona de casa; foi o setor que mais desistiu de procurar emprego sob a justificativa de estar ocupada cuidando dos afazeres domésticos e de outras pessoas; entre elas cresceu o medo da insegurança financeira para sustento da casa, sobretudo as negras.

São variadas as contribuições de trabalhos teóricos e qualitativos sobre o tema divisão sexual e racial do trabalho e a COVID-19. Algumas delas, como a de Deivison Faustino e Renata Gonçalves (2020), ressaltam a disparidade sócio-étnico-racial da incidência do vírus que tem acometido de forma mais grave a população com menor poder aquisitivo e residente de áreas mais precárias, como as favelas e as comunidades periféricas, que em geral são habitadas por pessoas negras. Márcia Eurico, Renata Gonçalves e Tales Fornazier (2021) denunciam o impacto da infecção causada pela Sars-Cov-2 nas populações indígenas e chamam atenção para o fato de que, ao passo que as populações mais fragilizadas engrossam o caldo da pobreza muitos, são os empresários que têm lucrado na e com a pandemia.

Aproximando-se do objeto em que também analisamos, o trabalho remoto, há o estudo de Ana Heloísa Lemos, Alane Barbosa e Priscila Monzato (2020) que fizeram um levantamento entre 14 experiências de mulheres de classe média de diferentes profissões para checar a incidência do conflito trabalho-família. Os achados da pesquisa revelam complexidades na temática. A maioria das mulheres participantes da investigação sinalizou uma sobrecarga de atividades que acompanharam a realidade do trabalho remoto e o conflito doméstico em razão disso. Por outro lado, aquelas que não tinham filhos, que eram solteiras ou que mesmo casadas, mas que dividiam as responsabilidades

domésticas com seus cônjuges, não relataram a mesma sensação de acúmulo ou insatisfação. Para algumas mulheres identifica-se um paradoxo: a sobrecarga era compensada pela possibilidade de estar próxima aos demais membros da família, fato que não ocorria quando o trabalho acontecia de forma presencial.

Concordamos com Loyola (2020) na medida em que reconhecemos que o contexto pandêmico oferece um cenário promissor para se analisar o mundo e as relações sociais com as lentes interseccionais de gênero, raça e classe. Sabendo que as mulheres experimentam o mundo segundo posições diferenciadas de punição e privilégio, como diria Patrícia Hill Collins (2002), e sabendo também que a produção acadêmica caiu nesse setor (FURNO *et al.*, 2021), propomos entender melhor as experimentações de algumas mulheres acadêmicas durante o período pandêmico que passaram a desempenhar as suas funções de maneira remota.

METODOLOGIA

Este artigo se inscreve no campo das epistemologias feministas, que surgem questionando os parâmetros de neutralidade, objetividade, racionalidade e distanciamento preconizados pelas teorias do conhecimento de base positivista. As referidas epistemologias denunciam uma produção hierárquica dos saberes, na qual a inscrição social como mulheres também significa a inscrição social como histórias de menor valor. Em um momento atípico da humanidade, como o de pandemia da COVID-19, temos enquanto pesquisadoras, dedicadas a uma ciência emancipatória, um dever de não deixar que a experimentação de sujeitos postos às margens, como as mulheres em suas diversidades, passe ao largo da história e da produção acadêmica.

Concordamos com Margareth Rago (1998) quando ela atesta que o feminismo sugere uma relação peculiar entre teoria e prática, na medida em que defende a subjetividade e assume a imersão no mundo social como produtores de conhecimento, no qual o envolvimento entre sujeito e objeto mais do que permitido se coloca como necessário.

Concordamos que não há metodologia especificamente feminista, mas uma pluralidade de enfoques a partir dos quais se pode realizar a pesquisa feminista. Nesse sentido, recorreremos aos relatos de experiência. Trabalhamos com cinco autorrelatos com uma média de 4 páginas. Neles registramos as nossas impressões sobre a pandemia da

covid-19 e como ela conformou a nossa relação com a universidade no ano de 2020 e 2021 em contexto remoto.

Amparadas pelas teorias da Divisão Sexual/Racial do Trabalho, avaliamos esses relatos segundo análise de conteúdo discursivo. O objetivo dessa técnica é fazer notar como os discursos criam molduras de sentido diversas para enquadrar e interpretar o mundo, a realidade (MENDONÇA; GUIMARÃES, 2012). Cada uma das interpretações conforma formas de lidar com questões complexas, controversas e polêmicas, como é o caso da pandemia do novo Coronavírus. Cada relato foi analisado por duas pessoas diferentes e, partindo da compreensão de que “a divisão sexual do trabalho incide sobre mulheres e homens em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural” (BIROLI, 2018, p. 22), apresentamos a seguir o perfil das participantes:

- R1 - Pedagoga, estudante de pós-graduação, mulher cisgênera, heterossexual, branca, classe média, solteira, sem filhos, 37 anos, servidora pública federal em cidade do interior, reside atualmente sozinha na capital baiana. Acometida de Covid, com sintomas leves, durante estadia com a família, fez isolamento domiciliar. Não foi internada.
- R2 - Bacharela em Relações Internacionais, estudante de pós-graduação, sem bolsa, mulher cisgênera, bissexual, negra, de classe média, solteira, sem filhos, na faixa dos 20 anos. Mora, na capital baiana, com uma familiar idosa com comorbidades, aposentada e a responsável pelo sustento financeiro do lar. Não teve COVID-19.
- R3 - Enfermeira, Professora universitária, mulher cisgênera, heterossexual, negra, de classe média, casada, com uma filha e duas netas, na faixa etária dos 60 anos. Não sabe se foi acometida de Covid, pois logo no início da pandemia teve vários sintomas leves, inclusive perda de olfato, mas ainda não haviam testes conclusivos.
- R4 - Assistente Social, estudante de pós-graduação, bolsista, mulher cisgênera, heterossexual, preta, de classe média baixa, quilombola, 31 anos, em união estável, grávida. Reside no Recôncavo Baiano, em uma comunidade rural quilombola, com seu companheiro. Não teve COVID-19.
- R5 - Enfermeira, professora universitária, estudante de pós-graduação, mulher

cisgênera, heterossexual, branca, classe média, casada, com um filho e uma filha na fase de adolescência, 43 anos, servidora pública estadual em cidade do interior. Não teve COVID-19.

ANÁLISE DOS RELATOS

A divisão sexual e racial do trabalho marca as relações no modo de produção capitalista, pois delimita espaços de trabalho a serem ocupados por mulheres e homens, bem como hierarquiza tais trabalhos, determinando inclusive o trabalho doméstico como não-produtivo, sem valor e, portanto, sem necessidade de remuneração. Interessa-nos, neste trabalho, identificar a reconfiguração deste trabalho durante a pandemia do novo coronavírus quando as distinções entre esferas privadas e públicas são mescladas pela imposição do trabalho remoto.

Especificamente, pensaremos aqui em torno das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFBA, a partir das vivências e discussões de participantes do grupo de pesquisa GEM - Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia. Para facilitar as exposições analíticas dividimos essa seção em 3 subseções que serão usadas para avaliar cada uma das dimensões do tripé acadêmico, quais sejam: ensino e aprendizado, pesquisa e extensão.

Dimensão do ensino e do aprendizado

A relação ensino/aprendizagem no período da pandemia passou por profundas transformações, exigindo adequações do corpo docente, discente e de toda a universidade para dar conta dessa nova realidade. Para as pesquisadoras que estavam envolvidas em atividades de ensino representou um enorme desafio.

Durante o SLS, cursei o componente curricular que havia iniciado presencialmente e realizei o tirocínio docente, em que experienciamos a prática docente. Nenhuma de nós estava preparada para aquela forma virtual, mas havia um esforço da professora e tirocinantes para envolver nas leituras, movimentando o fórum da sala de aula virtual. A metodologia centrou-se em exposição do texto seguido de discussão. Havia poucas intervenções orais, a maioria das participações ocorriam pelo *chat* (R1).

[...] os textos, como já era de costume é bom lembrar, são lidos em casa e as discussões, não raras vezes feitas contemplando avatares estáticos, são reduzidas, quase sempre, em exposições destas referências bibliográficas. (R2)

A experiência de dar aula em casa me trouxe várias reflexões. Como minha turma tem 40 estudantes e eu quase nunca os vejo, eu os imagino todos sentados na minha sala. A sala da minha casa, aqui nesse tapete, na frente do computador, porque é muito complicado dar uma aula em que só você aparece e que você sabe que é possível que tenha 40 pessoas ali te escutando, mas apenas pela lista de participantes que aparece ao lado. (R3)

Os relatos acima encaminham para uma ressignificação do que Paulo Freire (2011) denominou de *educação bancária*, vez que o diálogo ficou cada vez menos presente no espaço da sala de aula virtual. A preocupação com os conteúdos programáticos percorre caminhos tradicionais do ponto de vista pedagógico, na medida em que de algum modo, desconsidera a pandemia como o principal conteúdo do período. Se no grupo de pesquisa havia maior acolhimento, na sala de aula o foco parece ser mais voltado para a transmissão passiva do conhecimento, agora direcionado à “avatares estáticos”.

Para mim, o novo formato de ensino remoto, revolucionou o ideal de lugar de fala, apontada por Ribeiro⁷, no sentido da sua antítese o lugar de cala, no qual todas as pessoas calam de algum ponto de vista, uns pela webcam, outros pelo microfone e outros tantos na impossibilidade de ter um dispositivo para acessar o modelo proposto. (R2)

Sendo um desafio coletivo, tendeu a ser uma transposição do real para o virtual, considerando em alguma medida as limitações, mas não totalmente. Nesse sentido, as longas horas em frente a tela durante as aulas, merecem destaque, pois

[...] o cansaço diante das telas faz com que a situação de estar em aulas longas, ou seja, maiores que duas horas de duração, seja um verdadeiro suplício e a atenção dispersa começa a exigir uma abertura massiva de abas no navegador. (R2).

⁷ RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Imagine duas horas em frente ao computador ouvindo passivamente alguém falar. Mais do que imaginação, foi e tem sido a nossa realidade, de modo que prejudica “a educação e o conhecimento como processos de busca” (FREIRE, 2011, p. 81) ou reforça a equivocada dualidade corpo e mente.

As aulas, antes presenciais, chegaram aos lares, ao espaço privado da casa e da família, acompanhadas da diversidade própria do espaço público como lugar de debates, de exposição do contraditório, de aproximação e produção de conhecimento. Subtraída a convivência com colegas, foram substancialmente alteradas as construções das subjetividades, as intimidades produzidas pela palavra escrita, com os textos, suas leituras e interpretações, e/ou a palavra falada dos burburinhos, das reuniões, dos corredores. O andar pelos espaços, a mobilização para as salas e uma infinidade de situações, somente propiciada pela presença, pelo olhar, pelo abraço e pelo aconchego, foram substituídas pelo trabalho remoto.

A aula remota ou síncrona não apenas retira o corpo do espaço de livre circulação, mas coloca cada pessoa em um quadrado, cuja presença definitivamente será mediada pela conexão com a internet, pela capacidade de captação de cada equipamento e pela capacidade de manejo que cada pessoa possui, ao operá-lo.

Nem todas as pesquisadoras tiveram contato com as atividades de ensino, dadas as diferentes situações em que estamos em nossos percursos acadêmicos, No entanto, as que tiveram detalharam a experiência e como ela, em sua complexidade, apresentou tanto benesses quanto reveses.

[...] ser online possibilitou inúmeras participações das autoras dos textos estudados, permitindo questionar e comentar com as autoras presentes. (R1)

[...] no balanço da COVID-19 não há resultado que não indique perdas irreparáveis de vidas e de qualidade de vida. Perdas, para mim, inclusive da minha privacidade em detrimento do fazer/viver acadêmico que ocupou, juntamente com as tarefas domésticas, parte significativa do meu dia. (R2)

Acho que, de certa forma, isso é uma coisa boa, porque os estudantes podem faltar aquela atividade e depois complementar, mas, de certa forma, também dá uma certa inquietação, pois tudo o que foi produzido está acessível para cópias, para outras projeções e divulgações que não estavam ali planejadas. (R3)

Uma sala de aula feminista é definida por bell hooks (2017) como aquela que ensina a partir de uma perspectiva feminista e da conscientização feminista, o que implica na condição primeira da presença de diálogo, algo mutilado nos relatos de R1 e R2. O processo de ensino/aprendizagem no ensino remoto se misturaram com atividades domésticas, o que de certo modo interferiu na construção do conhecimento e na relação com a universidade:

Agora, todo o trabalho estava sendo feito em casa. O ensino, a pesquisa e extensão eram dentro de casa. Não era só questão de passar 8 horas seguidas sentada ao computador, mas dessa mescla e transposição do bem público, que era a universidade onde o meu trabalho era desenvolvido lá, que agora estava todo na minha casa

sob a minha exclusiva responsabilidade, pois também o colega, o coletivo, o colegiado, estavam externos, em outros espaços remotos. (R3)

Administrar todas as tarefas não é fácil, agora imagine filhos em aulas remota, meu esposo e eu em doutoramento e apenas dois notebooks. Como administrar isso? Sem ter como comprar outro notebook tivemos que saber organizar o tempo e priorizar as atividades e por diversas vezes as madrugadas foram nossas companheiras nas escritas das páginas da nossa tese. (R5)

Durante a aula, eu estava presente em várias cidades do interior onde os estudantes estavam e todos eles do interior estavam presentes na minha sala, debatendo comigo alguns conteúdos. Então, não havia a ideia mais de presença, mas de deslocamento virtual, porque tanto eu como eles estávamos simultaneamente em lugares diferentes, claro que só permitido porque tínhamos internet e essa possibilidade remota de convivência, mas não tínhamos as coisas que eram necessárias para a convivência universitária. (R3)

Por fim, a virtualidade nos permite acessar espaços distintos, que antes da Pandemia só era possível presencialmente, fator bastante positivo. Contudo, esta modalidade de ensino limita a convivência real que somente através do contato olho a olho é possível e de possibilidade de uma educação inclusiva. É perceptível que a não separação do espaço doméstico com o espaço de trabalho, sem sombra de dúvidas traz em si uma sobrecarga com horas exaustivas de trabalho.

Dimensão da pesquisa

A dimensão da pesquisa ganhou destaque, seja através da centralidade do grupo de pesquisa para a nossa vivência durante o período de afastamento presencial da Universidade, seja através das nossas experiências de pesquisa que foram, profundamente, impactadas pelas imposições e (in) disposições pandêmicas.

Me parece que, para além da parte acadêmica, o grupo funciona de forma mais afetiva, mais solidária, pois todas as pessoas que estão presentes no grupo de pesquisa, estão ali dentro das suas casas com as câmeras abertas, muito raramente uma pessoa não abre a câmera. Ali se escuta, além das reflexões de pesquisa, as dores, o sofrimento de quem perdeu um familiar, uma dúvida ou outra sobre se a pessoa está ou não contaminada com a Covid (R3).

Quando as atividades acadêmicas e administrativas foram suspensas [...] acreditei que voltaríamos em breve à forma presencial. Estava enganada. Foram longos meses de lacuna, preenchidos pela manutenção dos encontros quinzenais do Grupo de Pesquisa, um porto seguro para algumas e um espaço de não-participação para outras. Por meio dos encontros era possível verificar as reconfigurações na divisão sexual do trabalho, sobretudo para as colegas enfermeiras pós-graduandas, que ocupavam o lugar de cuidadoras, também da família, e das jovens graduandas (ambas negras) que ocupavam o lugar de cuidadoras da saúde e do sustento de suas famílias (R1).

Os trechos acima revelam como o grupo de pesquisa atuou tanto nas suas funções tradicionais, com o prosseguimento das discussões acadêmicas, quanto nas não-tradicionais, enquanto local de acolhimento, amparo e cuidado coletivo diante das incertezas compartilhadas entre as presentes sobre as suas próprias condições de saúde, de seus entes queridos e as preocupações em relação ao futuro da Universidade e de suas carreiras universitárias. Se, por um lado, o grupo possibilitou a discussão de correntes teóricas sobre os estudos de gênero e raça, por outro, também foi espaço para a aplicação analítica desses aprendizados, de maneira que R1 percebesse as posicionalidades que inscrevem as nossas colegas na Divisão Sexual e Racial do Trabalho. Não só o grupo adaptou os seus significados, também as cobranças tiveram que se adaptar, como vemos abaixo.

Esses tempos são mediados por dor profunda, por adiamentos, por mais tempo para que as coisas sejam feitas, de certa forma, há uma

flexibilidade maior com os tempos de cada pessoa e do grupo como um todo (R3).

A fala de R3 mostra que a pandemia instituiu novas dinâmicas de duração da pesquisa. Se antes as pesquisadoras necessitavam considerar o tempo e os recursos disponibilizados pelos programas de pós-graduação, a crise sanitária conformou uma nova variável que é o tempo para lidar com o trauma, com o luto, com as angústias. Essa lógica temporal é incompatível com os requisitos produtivistas do sistema capitalista que avançam sobre a academia. Nos relatos ficaram, muitas vezes, em evidência as angústias em relação às modificações compulsórias, à maneira como essas novas dinâmicas se deram e aos obstáculos que algumas pesquisas enfrentaram.

A pesquisa foi o pilar mais sentido por mim. Em relação a minha pesquisa, a pandemia demarca o percurso de aflição em torno do Comitê de Ética em Pesquisa e a tristeza com a impossibilidade da realização dos Grupos Focais presencialmente. O trâmite do processo no Comitê foi longo e, além da Plataforma Brasil, o único contato possível era via e-mail, nem sempre respondido de modo a contemplar as minhas necessidades. Foram longos quase sete meses desde o protocolo inicial. Nem mesmo as condições sanitárias sensibilizaram as responsáveis, menos ainda por se tratar de uma “marinheira de primeira viagem”. Desta feita, a pesquisa atrasou pela demora e foi modificada para o modo online. O contato com as/os participantes se deu de modo individual por WhatsApp e ligação telefônica; o agendamento dos encontros ocorreu por meio de um grupo no WhatsApp e os encontros por meio da Plataforma Google Meet (R1).

Particularmente para mim a pandemia interrompeu projetos, a exemplo da finalização da minha pesquisa de campo do doutorado, que estava em fase de execução e não teve possibilidade de ser concluída (R4).

[...] nesse período [pandêmico] começava o maior desafio da minha vida o de saber lidar com uma pandemia, do desconhecido, do invisível e ao mesmo tempo a frustração de não poder realizar a coleta de dados da etapa qualitativa da pesquisa de doutorado, pois me vi impedida de adentrar nas comunidades devido ao isolamento social [...] administrar todas as tarefas [aqui ela faz referência às tarefas de cuidado com as crianças, a família, a casa e a tese] não é fácil, agora imagine filhos em aulas remotas, meu esposo e eu em doutoramento e apenas dois notebooks. [...] mesmo com todos os desafios e obstáculos consegui concluir o doutorado (R5).

Destacamos que as pesquisas em áreas urbanas e com acesso à internet foram menos prejudicadas do que as em áreas rurais como a pesquisa envolvendo comunidade quilombola, que chegou a ser inviabilizada. Em mais de um relato, a necessidade de fazer modificações evidenciou ou mesmo se chocou com os condicionantes sociais que definiam as (im)possibilidades de acesso à internet e que exemplificam como a Divisão Sexual e Racial do Trabalho opera na vida das interlocutoras das pesquisas.

Durante os encontros, houve pouca instabilidade de internet, mas esteve presente. [...] Além disso, eram cinco mulheres e um homem e durante alguns encontros as crianças apareciam, bem como reclamações em torno da sobrecarga consolidada com a pandemia. Foram poucas as interrupções por conta de demandas familiares, mas elas ocorreram, reforçando a perspectiva da casa como restrição (R1).

Inicialmente pensei na possibilidade de concluir a pesquisa de forma virtual, contudo, o acesso das mulheres quilombolas (interlocutoras da minha pesquisa) a tecnologia nas comunidades ainda é bastante limitada e precária, o que poderia interferir no resultado do estudo. Ficou nítido que o acesso à internet no nosso país ainda não é acessível para todas as pessoas e na realidade das mulheres quilombolas ainda é bastante excludente (R4).

Não só as pesquisas sofreram prejuízos, a crise sanitária também incidiu na nossa saúde enquanto pesquisadoras e na saúde de nossas famílias, como ilustram os trechos abaixo.

O adoecimento se fez presente, estava dentro da minha casa assim como os estudos remoto, o home office e as responsabilidades domésticas. Crises de enxaqueca fizeram parte dos meus dias de isolamento social além disso perdi os movimentos das mãos devido a artrite nodular e ficar alguns dias impossibilitada de digitar a tese e restrita às atividades domésticas me fragilizou emocionalmente, me tirou do eixo. Assim como me vi impotente quando minha filha chegou chorando para mim e meu esposo e relatou que algo a deixava angustiada e ansiosa, mas não sabia explicar o que era que a deixava sentir assim. A pandemia estava trazendo prejuízos emocionais para nossa família (R5).

Situações inusitadas passaram a acontecer. Participei de atividades enquanto cozinhava, lavava roupa, limpava a casa, tomava banho e no limite até usava o banheiro. Isso porque com a facilidade do deslocamento reduzido à velocidade de um clique as reuniões de

trabalho ficaram tão amontoadas que, em geral, não há intervalo para me dedicar, exclusivamente, às tarefas de manutenção da minha sobrevivência e dos compromissos que tenho com a casa e com quem mora comigo. Em dias extremos trabalhei sentada em frente ao computador por quase 12 horas ininterruptas, entre reuniões, aulas, pesquisa, leitura e produção textual (R2).

Assim, o trabalho de produzir tomou na crise sanitária da COVID-19 outros contornos. Isoladas no ambiente doméstico, algumas de nós se viram forçadas a assumir presenças simultâneas ao cuidar das nossas produções acadêmicas, cuidar de nós mesmas, cuidar dos nossos entes queridos e cuidar do ambiente em que vivemos. Mas, cabe ressaltar que, essa não foi a realidade de todas nós, como ilustra o seguinte trecho relatado por R1: “Particularmente, a minha rotina de alguém que mora sozinha e já cuidava integralmente da casa, não foi afetada”. Esse excerto nos adverte a não olhar as histórias de mulheres acadêmicas como um monolito que tocado pela Divisão Sexual Racial do Trabalho é lapidado sempre da mesma maneira. Pelo contrário, é preciso entender outros fatores que conformam as experiências de pesquisa para além dos signos “mulheres” e “pesquisadoras”.

Dimensão da extensão

Tendo sido muitas das atividades de extensão suspensas, essa foi uma das dimensões menos citadas em nossos relatos. Cabe, no entanto, com alguma bondade interpretativa, que se compreenda que a proposta de colocar a Universidade em contato com a sociedade não deixou de acontecer, ela apenas adquiriu novos formatos.

Todos os projetos de extensão foram encerrando e substituindo um pouco essa atividade com o contato que nós temos com o mundo exterior e a comunidade. Atualmente, fazemos muitas *lives*, muitos *webinários*, muitas formas remotas de aglomeração através das redes sociais e das plataformas... eu costumo brincar que as professoras se transformaram em artistas, todas têm a sua *live* e todas se orgulham de estarem fazendo essas coisas. Antes esse trabalho de gravar um vídeo e dispor para o público precisava de uma grande tecnologia da universidade, de uma ilha de edição. Hoje, essas atividades são todas feitas dentro de casa, no mesmo lugar da aula, no mesmo lugar do grupo de pesquisa. Só se modifica a maquiagem e o cenário, pois às vezes é na sala, outras no canto da sala, ou mesmo no outro canto da sala, mas todos dentro de casa. (R3)

No excerto acima merece destaque a pontuação que R3 faz sobre como as tarefas que antes eram feitas de maneira institucional, passam a ser de responsabilidade dela que a realiza dentro de sua própria casa. Essa declaração nos convida a refletir sobre a excessiva mesclagem entre as atividades de domínio público e de domínio privado que ocorreu na modalidade de trabalho remoto e que na dimensão do ensino aparece com mais força. Também chama atenção como, em alguma medida, a exposição por meio do que R3 denominou como *lives* exerce um fascínio sobre as professoras e o fato de assumirem uma posição de professoras-artistas que camufla a gravidade da precarização das condições de trabalho do próprio magistério.

Em outra ocasião, R4 relata que o seu pertencimento a espaços distintos como a academia e a comunidade quilombola deu a ela a condição de entender mais o racismo, cujo efeito é a baixa participação de pessoas quilombolas nos espaços de poder. Conjugando, então, os aprendizados desses dois campos e com a intenção de diminuir esse abismo representacional, ela se lançou às eleições municipais de 2020.

As comunidades quilombolas, em sua maioria, não possuem representatividade nas câmaras e prefeituras municipais, principalmente na representação de mulheres. Consequentemente, nossas pautas e reivindicações não são colocadas e tratadas. Por conta dessa falta de representação, tomei a decisão de disputar a eleição como candidata a vereadora, oriunda das comunidades e das mulheres quilombolas [...] foi um desafio enorme que eu havia me colocado, sem recurso algum, apenas com a força e a coragem que carrego em minhas veias. Assim, candidatei-me e vivi todos os processos estruturantes permeados pelo machismo, patriarcado e o próprio racismo que uma mulher preta quilombola tende a sofrer nesse espaço hegemonicamente ocupado e disputado por homens brancos. (R4)

Uma candidatura à vereança não é uma atividade extensionista, mas a decisão tomada por R4 marca o seu entrelugar entre participante das comunidades universitária e quilombola e nos faz dimensionar sobre o prolongamento e a capilaridade da universidade na sociedade e vice-versa, em que o conhecimento adquirido na academia é utilizado em favor do seu povo, disputando espaços, em que as mulheres e, principalmente as negras, ainda são excluídas; ao tempo em que conhecimento dos povos tradicionais é utilizado para disputar, ocupar e propor uma outra academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os cinco relatos deste trabalho, três indicam alterações na rotina do trabalho doméstico-familiar devido à permanência na casa. A realização de tarefas simultaneamente é uma característica muitas vezes naturalizada às mulheres, mas nada mais é do que um processo social. Somado a isso, a desvalorização do trabalho doméstico estabelece como desnecessário um tempo próprio para a sua realização, pois convencionou-se que pode ser realizado ao mesmo tempo de outras atividades, reforçando a divisão do trabalho entre manual e intelectual, na medida em que se consolida que lavar a louça, por exemplo, não demanda esforço intelectual, então pode ser feito mecanicamente enquanto se ouve alguém falar do outro lado em uma *live*, por exemplo, ou assistindo aula síncrona.

Além disso, o espaço doméstico como único para a realização de todas as atividades, exige limites nada convencionais e difíceis de se estabelecer, do ponto de vista que a sala ou o quarto podem ser locais de trabalho e, também, de lazer e descanso; o celular pode ser para se comunicar com familiares e amigas/os ou para grupos de trabalho ainda mais intensificados; o computador se torna um objeto de maior importância, bem como as condições de conexão. Além disso, percebemos o quanto a pandemia nos sobrecarrega mais com as atividades domésticas, que somadas às atividades profissionais se intensificaram, mesmo porque o espaço do lar se potencializou como espaço de trabalho.

A inacessibilidade não atravessa diretamente nossas experiências individuais, mas está presente nas barreiras para acessar o campo de pesquisa e na sala de aula virtual, já que as condições socioeconômicas de parcela significativa de estudantes de graduação e pós-graduação, incluindo participantes deste trabalho, é de poucos recursos tecnológicos. E apesar de estar logada, a pessoa do outro lado pode não estar presente, já que o contexto pandêmico se somou à crise do capital e de reprodução social em curso e precarizou as condições de vida, quando estudantes comumente assistem aulas síncronas realizando não apenas tarefas domésticas, mas de trabalho remunerado fora da casa.

Por fim, a pandemia reconfigura também o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo que a Universidade pós pandemia não será a mesma. Será, possivelmente, forçada a incorporar o hibridismo entre presencial e não presencial, tanto porque a presença da

tecnologia ocupou um espaço que não estava previsto que fosse tão intenso quanto porque os cortes orçamentários já não permitem que a Universidade sobreviva como era antes do surgimento do novo coronavírus.

REFERÊNCIAS

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020a. p. 62. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em 20 de mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal da Bahia. Conselho Universitário. *Resolução nº 04/2020*. Dispõe sobre a atipicidade dos semestres letivos 2020-1 e 2020-2 no que se refere à integralização curricular, sobre o caráter especial do semestre 2021.1 e dá outras providências. Salvador, Bahia: Conselho Universitário, 2020b. Disponível em: https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao_consuni_04.20202-signed.pdf. Acesso em 20 de mai. 2021.

COLLINS, P. H. Towards a politics of empowerment. In: COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2002.

CORONAVÍRUS BRASIL. *Painel Coronavírus*. [Online]. Brasília: Ministério da Saúde, 23 junho de 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*. Ano 10, n.1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

EURICO, M; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 140, p. 84-100, jan-abr 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n140/0101-6628-ssoc-140-0084.pdf>. Acesso em 30 abr. 2021.

FAUSTINO, D. M.; GONÇALVES, R. A nova pandemia e as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. *Revista Lutas Sociais*, v. 24, n. 45, 2020.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/53009/34772>. Acesso em 30 abr. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURNO, J. et al. *Boletim especial gênero: as mulheres na pandemia*. Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa - IREE: 2021. Disponível em: <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/03/BOLETIM-ESPECIAL-DO-IREE-SOBRE-GE%CC%82NERO-V2.pdf>. Acesso em 28 de jun de 2021.

GONZALEZ, L. *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher*. 8o. *Encontro Nacional da Latin American Studies Association*. Pittsburg, 1979.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 20 de mai. 2021.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LE MOS, A. H. C.; BARBOSA, A. de O.; MONZATO, P. P. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, v. 60, n. 6, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/9WS6pYzLdhWY6qWwDXTKTsN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 03 jun. 2021.

LOYOLA, M. A. Covid-19: uma agenda de pesquisa em torno das questões de gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 3, e300312, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2020.v30n3/e300312/pt>. Acesso em 30 abr. 2021.

MENDONÇA, R. F.; GUIMARÃES, P. S. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 187- 201, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (orgs.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42.

UFBA - Universidade Federal da Bahia. *UFBA EM MOVIMENTO*, Bahia: 2020. Disponível em: <https://ufbaemmovimento.ufba.br/>. Acesso em: 20 de maio. 2021.